



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VIII Legislatura

Número: 37

II Sessão Legislativa

Horta, Sexta-Feira, 17 de Março de 2006

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados António Loura e Cláudio Lopes*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 15 minutos.

Na **Agenda da Reunião** foram debatidas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

- **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Anteposta de Lei, apresentada pelo PSD - Primeira alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei n.º. 43/2006, de 24 de Fevereiro, que equipara, entre o Continente e as Regiões Autónomas, os preços de venda ao público de publicações não periódicas e de publicações periódicas de informação geral.**

Apresentado o pedido de urgência pelo Sr. Deputado Pedro Gomes (*PSD*), usaram da palavra de seguida os Srs. Deputados Hernâni Jorge (*PS*) e Francisco Coelho (*PS*).

Submetido à votação, o pedido de urgência foi rejeitado por maioria.

- **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução, apresentada pelo CDS/PP – Resolve encarregar a Comissão Especializada Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região**

Autónoma dos Açores, de nas suas funções de acompanhamento da actividade governativa se ocupar especificamente da verificação das condições em que foi realizado o concurso e procedimento de negociação da adjudicação do serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas nos Açores e de apreciar as condições estabelecidas para a concretização do referido serviço.

Após a apresentação do Pedido de Urgência pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*), usaram da palavra os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*) e Jorge Macedo (*PSD*).

O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

- Proposta de Resolução, apresentada pelo CDS/PP – Resolve encarregar a Comissão Especializada Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, de nas suas funções de acompanhamento da actividade governativa se ocupar especificamente da verificação das condições em que foi realizado o concurso e procedimento de negociação da adjudicação do serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas nos Açores e de apreciar as condições estabelecidas para a concretização do referido serviço.

Participaram no debate os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Francisco Coelho (*PS*), Jorge Macedo (*PSD*), Pedro Gomes (*PSD*), Clélio Meneses (*PSD*) e o Sr. Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*).

A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

- Pedido de Autorização, para prestar depoimento, na qualidade de testemunha, o Sr. Deputado Fernando Manuel Machado Menezes.

Submetido o parecer da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- Pedido de Autorização, para prestar depoimento, na qualidade de testemunha, a Sra. Deputada Maria Fernanda da Silva Mendes.

Submetido novamente à votação, o parecer da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho o mesmo foi aprovado por unanimidade.

-Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de Março.

A proposta em apreço foi aprovada por unanimidade.

(Os trabalhos terminaram às 11 horas e 15 minutos)

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, bom dia.
Tem a palavra o Sr. Secretário para fazer a chamada.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alberto da Silva Costa

António Gonçalves Toste Parreira

António José Tavares de Loura

Catarina Paula Moniz Furtado

Emanuel Frias Santos

Fernanda Correia Garcia Trindade

Fernando Manuel Machado Menezes

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Hélder Guerreiro Marques Silva

Henrique Correia Ventura

Hernâni Hélio Jorge

José de Sousa Rego

José Gabriel Freitas Eduardo

José Gaspar Rosa de Lima

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Luís Paulo de Serpa Alves

Manuel Avelar Cunha Santos

Manuel Herberto Santos da Rosa

Manuel Soares da Silveira

Maria Fernanda da Silva **Mendes**
Maria Piedade Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Mariana Rego Costa de **Matos**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Nuno André da Costa Soares **Tomé**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Abílio Lopes **Pereira**
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Maria da Silva **Gonçalves**
António Pedro Rebelo **Costa**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Jaime António da Silveira **Jorge**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José Manuel Cabral Dias **Bolieiro**
Luís Henrique da **Silva**
Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos **Duarte**
Mark Silveira **Marques**
Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Presidente: Estão presentes 42 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

O primeiro ponto da Agenda do Dia é o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Antepostas de Lei, apresentada pelo PSD - Primeira**

alteração, por apreciação parlamentar, do Decreto-Lei n.º 43/2006, de 24 de Fevereiro, que equipara, entre o Continente e as Regiões Autónomas, os preços de venda ao público de publicações não periódicas e de publicações periódicas de informação geral.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uso a palavra para justificar o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, apresentado pelo Partido Social Democrata, relativamente a esta Anteposta de Lei.

Trata-se de uma Anteposta de Lei que se transformará em Proposta de Lei junto da Assembleia da República, mas mais do que isso trata-se da utilização de um processo próprio e específico de apreciação parlamentar.

Tem tramitação e regulação própria na Constituição da República (artigo 169º).

Não é a primeira vez que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores usa este procedimento (usou-o há muito pouco tempo numa matéria relativamente a um processo registral nas ilhas das Flores e do Corvo).

A urgência e a dispensa de exame em comissão justifica-se por duas razões:

Primeira, pela natureza da própria matéria, porque o Decreto-Lei 43/2006, de 24 de Fevereiro, vem revogar um conjunto de legislação que consagra importantes direitos para os açorianos, para os madeirenses, para os residentes nos Açores e na Madeira, quanto à fruição de bens culturais, quanto ao acesso a preços iguais na aquisição de livros e jornais periódicos de carácter generalista ou não generalista.

Era um direito consagrado desde 1996, regulamentado em 97 e que colocava os açorianos e madeirenses numa posição de igualdade com os cidadãos do restante território nacional.

Com a revogação deste regime, de um modo injusto e inexplicável, contra o parecer em sede do processo de audição por esta Assembleia Legislativa, o Governo da República revogou esse regime provocando uma inaceitável discriminação entre os cidadãos residentes nos Açores e os residentes no território Continental.

É uma situação, como disse, injusta, inexplicável, que viola direitos já consagrados nos cidadãos.

É actual porque os cidadãos destas ilhas pagam entre 20 a 30% mais, hoje, pela aquisição de jornais especializados ou pela aquisição de livros do que pagavam antes da entrada em vigor deste Decreto-Lei de 24 de Fevereiro e daí que esta Assembleia se deva pronunciar, através de um processo legislativo próprio a apresentar à Assembleia da República, com urgência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cada dia que passa é um dia em que os açorianos, os que residem nos Açores, pagam mais 20 a 30% para terem acesso à informação.

Com este regime, agora nos Açores, ler jornais é pagar mais!

Deputados José Manuel Bolieiro e Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgamos não cometer qualquer imprecisão se afirmarmos que as motivações desta iniciativa são comuns a todas as forças políticas e a todos os deputados desta Assembleia.

Existe ainda consenso quanto à pertinência da iniciativa apresentada pelo PSD. Contudo, atentas as posições do Governo Regional e desta Casa, que foram oportunamente manifestadas nos respectivos pareceres e ainda tendo em conta a visão do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, clara e inequivocamente manifestada na passada Terça-Feira no âmbito do debate do protesto aprovado por esta casa relativamente a esta matéria, entende o Partido Socialista que esta iniciativa deve ser objecto de apreciação em comissão, podendo a mesma ser analisada e relatada até ao final do corrente mês, de forma a poder ser eventualmente agendada para o período legislativo de Abril que terá início já no próximo dia 4.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não votará favoravelmente este pedido de urgência, entendendo a matéria deve ser analisada em Comissão, sugerindo a V. Exa., Sr. Presidente, que na fixação do prazo tenha em conta a relativa urgência da iniciativa e o nosso calendário parlamentar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para dar um esclarecimento à câmara e para pedir a intervenção da Mesa.

Como eu tive ocasião de referir, trata-se de um procedimento de apreciação parlamentar, que segue uma tramitação própria, isto é, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores apresenta à Assembleia da República uma anteposta de lei para apreciação parlamentar. Não é um regime qualquer. É um regime que está previsto no artigo 169º da Constituição da República Portuguesa, o que significa que tem um prazo próprio para o efeito.

O nº 1 do artigo 169º da CRP diz que “a ratificação parlamentar deve ser pedida no prazo de 30 dias subsequentes à publicação do diploma”. É essa a razão pela qual o Partido Social Democrata pede a urgência da apreciação desta matéria, com dispensa de exame em Comissão. É que nós temos que cumprir um prazo de 30 dias previsto no artigo 169º, nº 1 da Constituição.

Nesse sentido solicitava a interpretação da mesa para poder clarificar esta matéria e, sobretudo, poder clarificá-la à luz da prática que o Parlamento tem seguido em procedimentos anteriores de apreciação parlamentar, que, relembro, embora saiba que não é necessário fazê-lo, sucede juridicamente ao instituto da ratificação que vigorou durante largos anos no nosso argumento jurídico.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou usar precisamente o exemplo trazido à colação pelo Sr. Deputado Pedro Gomes. Ainda não há muito tempo, concretamente no mês de Abril de 2005, esta casa usou de idêntico expediente relativamente aos processos já referidos nas Ilhas das Flores e Corvo.

O Decreto-Lei, cuja apreciação Parlamentar foi requerida por esta Casa, foi aprovado no dia 15 de Março de 2005.

A iniciativa do Partido Socialista deu entrada nesta Assembleia no dia 6 de Abril de 2005, dentro dos 30 dias.

Essa iniciativa foi aprovada em plenário no dia 19 de Abril de 2005, já depois dos 30 dias.

Seguiu para a Assembleia da República no dia 5 de Maio de 2005, onde foi admitida no dia 11 de Maio de 2005, foi aprovada e deu lugar à lei 41/2005, de 3 de Agosto.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Gomes, creio que V. Exa. pediu que a mesa se pronunciasse. Como deve compreender, eu não me posso pronunciar, não estou em condições, neste momento, para fazer interpretações legais e, além de legais, constitucionais. Os preceitos constitucionais têm que merecer uma análise muito cuidada e eu não estou em condições de, de repente, emitir um parecer sobre isso.

Peço que compreenda esta situação e reserve-me para outra oportunidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Gomes:

Parece-me que das intervenções aqui feitas há um consenso material que é importante realçar e, nomeadamente esta bancada já manifestou a pertinência da iniciativa e também reconhece na prática a sua relativa urgência.

É certo que, mesmo que não fosse usada essa figura, poderia sempre esta Assembleia ter uma iniciativa legislativa nesta matéria, mas também é útil, quer pelas razões materiais, quer porque essa figura existe e pode eventualmente ser aproveitada, que ela seja usada.

Também pensamos que, de acordo com o que aconteceu com a nossa última proposta de lei aprovada nesta casa, o prazo relevante aqui, parece-nos ser o prazo de entrada nesta casa.

Também queremos dizer ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, e ele eventualmente compreenderá, que não havendo dúvidas sobre a necessidade unânime desta Assembleia e dos Srs. Deputados alterarem este Decreto-Lei, também é verdade que ao nível concreto dessa alteração, das posições jurídicas, pode haver algumas diferenças, porque o diploma também tem alguma complexidade e regula um conjunto de matérias.

O que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não prescinde, em coerência com as posições que atempadamente tomou nesta matéria, quer o Partido Socialista, quer o Grupo Parlamentar, quer o Governo Regional suportado por esta maioria, é de, em Comissão, apresentar as nossas propostas e introduzir melhorias e aperfeiçoamentos, no nosso entender, ao diploma.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata também sabe que requereu, porque quis, a urgência e dispensa de exame em Comissão, mas poderia ter apenas referido a urgência.

Nós não podemos, em bom rigor, nem isso vai acontecer, aprovar a urgência, nem queremos aprovar um diploma cuja substância, de imediato, não concordamos e pensamos que pode e deve ser melhorado.

Portanto, entendemos e bem, que este diploma deve baixar à Comissão; deve com urgência e rapidez nessa Comissão, ser alvo de melhoramentos e dos contributos de todas as bancadas desta casa, tal como ao nível da motivação existe essa consonância e essa unanimidade.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na dúvida as questões jurídicas devem resolver-se sempre em abono e em defesa da Autonomia. Esta é a posição do Partido Social Democrata e é por isso que nós, na dúvida, vamos votar favoravelmente o pedido de dispensa de exame em comissão, porque queremos jogar pelo seguro e salvaguardar aquilo que é essencial e que, pelos vistos, une esta Câmara, aliás, avaliando aquilo que se passa quanto à votação do voto de protesto. Estamos de acordo que este Decreto-Lei 43/2006, de 24 de Fevereiro, é injusto para os açorianos.

Deputado Francisco Coelho (PS): Isso já vimos todos!

O Orador: Estamos todos de acordo, V. Exa. acabou de o dizer, Sr. Deputado Francisco Coelho.

A segunda nota é que, havendo dúvidas, o PSD opta pela urgência para que o processo possa seguir célere para a Assembleia da República, e esta Proposta Lei, pela dispensa de exame em Comissão.

A iniciativa do PSD repõe exactamente um regime que estava em vigor anteriormente; repretina, se quisermos usar a expressão jurídica, as normas revogadas. Isto é, com a iniciativa do Partido Social Democrata volta tudo à situação anterior, a que existia no dia 24 de Fevereiro.

Já percebemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, que esta não é a posição do Partido Socialista e que é isto que preocupa o Partido Socialista neste momento. É que concordando com uma alteração a este regime, prepara-se para, em sede de comissão, não repor integralmente o regime anteriormente em vigor, que era aquilo que o Partido Social Democrata pretendia, porque entendemos que era isso que salvaguardava e que salvaguarda os interesses legítimos dos açorianos consagrados por uma maioria socialista na Assembleia República e por um outro Governo Socialista na Assembleia da República.

Muito obrigado.

Deputados Jorge Macedo e Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Presidente: Srs. Deputados, vamos votar o pedido de urgência.

Os Srs. Deputados que concordam com este Pedido de Urgência, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Pedido de Urgência foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD e 1 voto a favor do CDS/PP.

Presidente: Este diploma baixa à Comissão para parecer até final do mês de Março. Passamos ao ponto seguinte: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução, apresentado pelo CDS/PP – Resolve encarregar a Comissão Especializada Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, de nas suas funções de acompanhamento da actividade governativa se ocupar especificamente da verificação das condições em que foi realizado o concurso e procedimento de negociação da adjudicação do serviço público de transporte marítimo de**

passageiros e viaturas nos Açores e de apreciar as condições estabelecidas para a concretização do referido serviço.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Pedido de Urgência justifica-se tão simplesmente porque esta Proposta de Resolução visa encarregar uma Comissão, no âmbito do seu trabalho específico, para discutir a matéria em apreço e é importante que possa dar início aos seus trabalhos rapidamente de modo a que, em tempo útil, possa estudar devidamente o assunto. Justifica-se tão simplesmente por isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para dizer que esta bancada concorda com a argumentação para o pedido de urgência para este diploma e vai votá-lo favoravelmente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD também vem informar que votará favoravelmente o pedido de urgência, dada a urgência do tema, bastamente explicado e debatido durante esta sessão plenária.

Presidente: Vamos então votar o pedido de urgência.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Pedido de Urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Aprovado o pedido de urgência, segue-se o debate do próprio diploma:

Proposta de Resolução que resolve encarregar a Comissão Especializada Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, de nas suas funções de acompanhamento da actividade governativa se ocupar especificamente da verificação das condições em que foi realizado o concurso e procedimento de negociação da adjudicação do serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas nos Açores e de apreciar as condições estabelecidas para a concretização do referido serviço.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os governos da responsabilidade do Partido Socialista têm o mérito indiscutível de serem os responsáveis pela introdução e manutenção do serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas nos Açores.

A operação foi quase sempre caracterizada por problemas que se tornaram conhecidos, nomeadamente ao nível da comunicação social e que se foram agravando ao longo dos últimos anos, tendo frequentemente sido alvo da atenção desta Assembleia.

O CDS/PP preocupou-se com o assunto e chamou a atenção do Governo para que corrigisse as anomalias, evitando que elas perdurassem no tempo, nomeadamente no que se refere a avarias dos navios, atrasos no início e curso das viagens, trocas de rota das embarcações, más condições oferecidas a bordo e problemas de segurança, configurando em muitos casos falta de cumprimento das cláusulas contratuais e afectando a mobilidade dos açorianos e a boa imagem que se deseja para o turismo açoriano.

É do conhecimento público que foi aberto recentemente um novo concurso para adjudicação do serviço público para os próximos anos, sendo que as condições que rodearam todo o processo que conduziu à adjudicação têm sido alvo de críticas por parte de empresários e de muitas referências na comunicação social, permitindo que fiquem no ar muitas dúvidas, se não sobre a legalidade do processo, pelo menos sobre a lisura dos procedimentos.

Importa pôr fim a todas as dúvidas, pelo que se torna necessário obter, de forma adequada, as informações e esclarecimentos pertinentes junto do Governo Regional dos Açores.

A experiência recolhida na operação de transporte de passageiros e viaturas, ao longo dos últimos anos, aconselharia a que o Governo Regional agora tivesse tomado medidas para prevenir problemas futuros.

Nos termos da alínea a) do art.º 32º do Estatuto Político-Administrativo é à Assembleia Legislativa que está cometida a competência de fiscalização dos actos do Governo e da administração regional.

O Regimento, na alínea c) do seu art.º 42.º, define como competência das comissões especializadas permanentes a de "se inteirar dos problemas políticos e administrativos que sejam do seu âmbito e fornecer à Assembleia, quando esta o julgar conveniente, os elementos necessários à apreciação dos actos do Governo Regional e da administração regional autónoma".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Na situação e tempo actual é de toda a conveniência, não só para a preservação da boa imagem do Governo da Região, como para o cumprimento do dever desta Assembleia Legislativa, clarificar todas as dúvidas que possam existir sobre o procedimento de adjudicação e é importante que o Parlamento, na sua função de acompanhamento da actividade governativa, se mantenha esclarecido sobre as opções futuras do Governo Regional quanto ao transporte público marítimo, porque é assunto de tão grande importância e implicações no futuro do desenvolvimento regional.

Assim, proponho, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 23.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, que a Assembleia Legislativa dos Açores aprove a seguinte Resolução:

“Encarregar a Comissão especializada permanente de Economia, de:

- 1- Proceder à verificação das condições em que foi realizado o concurso e procedimento de negociação da adjudicação do serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas nos Açores.
- 2- Verificar se foram tidas em conta as anomalias que a experiência demonstrou terem afectado no passado a concretização do referido serviço público e se foram tomadas as medidas adequadas para evitar que os problemas se repitam no futuro.
- 3- Obter outros elementos que possam ser considerados úteis para que a Assembleia cumpra os seus deveres estatutários e regimentais.

4- Apresentar um Relatório ao Plenário da Assembleia Legislativa com o resultado do trabalho realizado, os elementos recolhidos e as respectivas conclusões, no prazo de três meses.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O assunto cometido nesta Proposta já foi amplamente debatido.

Contudo, a nossa proposta justifica-se no facto de considerarmos que a forma adequada é de fiscalização por parte desta Assembleia, não se mostrando, para já, necessário o recurso a outros órgãos.

Esta proposta vai mais longe, porque para além de verificar as condições em que foi realizado o concurso e procedimento de negociação, a ser aprovada, como esperamos, a Comissão de Economia fará o acompanhamento político das condições estabelecidas para a concretização do serviço público marítimo de transporte de passageiros e viaturas.

Muito obrigado.

Presidente: Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aparentemente e para quem eventualmente esteja distraído, esta proposta apresentada pelo Partido Popular é muito semelhante a uma outra muito urgente também e que tivemos oportunidade de debater esta semana nesta Assembleia. Nada de mais errado, nada de mais falso. Não tem absolutamente nada a ver uma com a outra.

É que a proposta que ora estamos a analisar é uma proposta que pede aos Srs. Deputados que fiscalizem o Governo, pede aos Srs. Deputados que, perante algumas dúvidas, algumas notícias da comunicação social, façam o seu trabalho.

O Partido Socialista teve oportunidade de dizer, e o Governo também, que nada tem contra isso, que nada deve, nada teme e que está perfeitamente disponível, como sempre teve e como tem feito, para responder a todas as iniciativas parlamentares substantivas e sérias de fiscalização da actividade governativa, seja nesta ou noutras matérias.

Agora, o que aqui temos é a prova de que o Partido Popular esteve com atenção nesta Assembleia e percebeu aquilo que esta bancada e o que Governo disseram.

O Partido Social Democrata veio naturalmente com outro espírito.

O Partido Social Democrata veio trazer aqui uma iniciativa que não era para a Assembleia fiscalizar.

O Partido Social Democrata fez mais do que isso.

O Partido Social Democrata veio trazer uma iniciativa para os Srs. Deputados usarem a função parlamentar para pedir e conseguir um objectivo que eles próprios, como espertamente no fim vieram dizer, podiam conseguir de qualquer modo.

O Partido Social Democrata veio, sejamos claros, brincar com este Parlamento.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não é verdade!

O Orador: O Partido Social Democrata veio pedir a este Parlamento algo que se consegue ter sem ser necessário ter um mandato de deputado.

Assim se vê, realmente, o que é que é o respeito do Partido Social Democrata pelo Parlamento e o que é que dá fazer coisas à pressa.

O Partido Social Democrata fez mais e isso é útil. O Partido Social Democrata demonstrou aos açorianos que é inútil votar no PSD, porque o PSD, com o mandato que os açorianos lhe confere, não faz aquilo para que serve esse mandato, que é fiscalizar o Governo no Parlamento, e aproveita o tempo para fazer aquilo que pode fazer sem qualquer voto e qualquer cidadão normal pode fazer. Um voto no PSD é, por isso, absolutamente inútil.

Nessa medida, ainda bem que o Partido Popular apresenta esta iniciativa. Ainda bem que o Sr. Deputado Independente, que não está presente, outro dia notificou a Assembleia de que vai usar as figuras regimentais e vai fazer perguntas ao Governo. Ainda bem que muita gente vai dignificando verdadeiramente esta Assembleia.

Curiosamente, nestas matérias, o que se vê, embora sempre clamando contra a maioria, é que o Partido Social Democrata consegue esta coisa extraordinária de, cada vez mais frequentemente, ficar sozinho.

Ficou sozinho na Lei Eleitoral, ficou sozinho nesta iniciativa legislativa que mereceu os votos contra de todas as bancadas com excepção da própria.

O Partido Social Democrata vai ficando sozinho.

O Partido Social Democrata vai ter que perceber que quem não está com o passo certo é o Partido Social Democrata.

O Partido Social Democrata fez chicana parlamentar. Nós não estamos para isso.

Felizmente que esta casa e as outras forças político-parlamentares encontraram uma forma séria de dignificar esta casa, de cumprir o seu papel de fiscalizar o Governo.

Nós, para isso estamos cá e por isso mesmo vamos votar favoravelmente esta iniciativa do Partido Popular.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Realmente a proposta do PP apresentada não tem rigorosamente nada a ver com a proposta apresentada pelo PSD. Nós não vamos repetir argumentos já largamente debatidos nesta Assembleia.

A proposta do PP não tem nada a ver com a nossa proposta pelo simples facto de que, da nossa parte, sempre houve interesse e vontade de fazer a fiscalização política do processo nublado e nubloso do transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas.

Ou seja, a componente política nós também quisemos fazer, inclusive já apresentámos um requerimento a esta Assembleia solicitando todos os elementos para podermos fazer essa apreciação política.

Agora, o PSD queria mais do que a apreciação meramente política. Queria também a apreciação da legalidade do concurso do transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas.

Relativamente a isso o PS recusou. O PS temeu e o PP embarcou nesse temor.

Deputados Clélio Meneses e Maria José Duarte (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O que nós queremos, e sempre dissemos que queríamos, era a fiscalização política, a fiscalização da legalidade e relativamente a isso somos nós próprios a solicitar ao Tribunal de Contas que faça essa fiscalização.

Relativamente à proposta do PP que vai merecer a aprovação do PSD nesta Assembleia, eu gostaria só de referir que nós julgávamos que a vossa atrapalhação já tinha acabado antes de ontem, mas a respeito de uma proposta que o PP apresenta, os senhores aproveitam novamente a oportunidade para atacar o PSD.

O PSD está aqui, está bem de “saúde”.

Nesta Assembleia e nesta sessão legislativa apresentou muitas propostas que enriqueceram o debate e ninguém tenha dúvidas.

Se o vosso incómodo é muito, não utilizem uma proposta do PP para atacar o PSD.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Se querem aprovar a proposta do PP, falem da proposta do PP, elogiem o PP, mas não aproveitem essa proposta para atacar o PSD.

Quanto a nós, nós vamos aprová-la, porque desde o princípio sempre entendemos que para além da fiscalização política (a fiscalização política é importante!) era importante a fiscalização da legalidade.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata veio para esta Assembleia levantar suspeitas, aleivosias, mas quando se chega à parte substantiva da matéria não quer discutir, simplesmente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mais ainda? Já estamos aqui há 2 horas!

O Orador: Dizem que outros vão discutir.

Nesta Assembleia, os Srs. Deputados Jorge Macedo e António Marinho vieram dizer coisas que não são verdade.

Disseram que na primeira fase era o dobro. Não é verdade, Sr. Deputado! Os números não são assim!

O último número que se pagou à Açorline foi de 2,6 milhões de euros!

Sr. Deputado, vem dizer que é o dobro? Vem comparar alhos com bugalhos? Mas os senhores não querem discutir a questão.

Os senhores só vêm discutir a questão porque o PP apresenta esta proposta, porque senão os senhores não queriam discutir.

Sr. Deputado, fazer um concurso em 2001 com os combustíveis a 20 dólares e fazer um concurso em 2006 com combustíveis a 60 dólares é objectivamente diferente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): A Região paga 75% dos combustíveis!

O Orador: Se o Sr. Deputado comparar um barco com 38 anos com um barco que tem 26 anos, é substancialmente diferente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É o dobro!

O Orador: Não é o dobro, Sr. Deputado.

Amortizar dois barcos em dois anos, com dois barcos em quatro anos, é substancialmente diferente. Estamos a comparar alhos com bugalhos.

Mas os senhores não querem discutir!

Os senhores vêm para esta Assembleia num “toque e foge!”.

Lançam as coisas e depois não querem discutir. Fogem da discussão!

Sr. Deputado, nós estamos prontos para discutir convosco números, dados concretos, procedimentos concretos. Venham à Comissão e vamos discutir, Sr. Deputado, números, dados e procedimentos concretos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Tivessem realizado bem o concurso!

O Orador: Venham à Comissão e vamos discutir, Sr. Deputado.

Sr. Deputado, nós não temos problemas. A bancada que suporta este Governo concorda com o que o PP fez, mas a iniciativa correcta é esta. Se têm dúvidas, esta é que é a iniciativa. Não é lançar para outrem a fiscalização, porque ela certamente iria ocorrer. Os senhores não fizeram nada que não estivesse para acontecer.

Sr. Deputado, 90% desses processos vão ser fiscalizados posteriormente e nós temos a segurança que estamos a proceder da forma mais correcta. É tão simples como isso.

Os Deputados do PSD vieram a esta sessão falar de coisas, repetidamente: falar de Fundos de Coesão, quando já se sabe que só existe um, falar de terminais de cruzeiros e turismo de cruzeiros quando já se sabe que as Portas do Mar não são só isso, repetir que a Sociedade Ilhas de Valor é igual à Ilhas de Coesão.

Os Deputados do PSD, neste momento, são os Deputados da confusão.

Eu só lembraria aos Deputados do PSD o seguinte: os senhores estão a precisar de um Pacheco Pereira na Região.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma primeira nota em relação ao namoro.

Nós agora não nos queremos namorar, porque temos má experiência do último namoro, por isso não quero entrar noutra. Portanto, não vale a pena trazer agora o tema dos namoros.

Nós tentamos fazer aqui um trabalho com isenção e não vamos misturar as coisas.

Já aprovámos, quando entendemos que devíamos aprovar, propostas do PSD, como já votámos favoravelmente propostas do PS.

Temos a nossa independência, o nosso juízo e a nossa razão e votamos como entendemos.

Vir com estas boquinhas dos namoros e dos casamentos parece-me um bocadinho despropositado, sobretudo atendendo ao passado recente.

Gostaria de dizer que esta é uma oportunidade para esta Comissão Especializada de Economia fazer o seu trabalho e é uma oportunidade também para os deputados do PSD...

Deputado Francisco Coelho (PS): Trabalharem!

O Orador: ... trabalharem. Tirou-me as palavras da boca.

É isso que o seu líder quer. O Dr. Costa Neves quer que os senhores deputados trabalhem.

Espero que desta vez, quando eu ler o relatório, não tenha que ler lá, repetidamente, “abstenção com reserva para o plenário”. Espero que tenha a matéria toda, que tenha tudo e que o relatório chegue a esta casa como deve ser.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começa a ser recorrentemente aborrecido ouvir a maioria e o Governo quererem comandar os destinos da oposição e quererem dizer à oposição como é que se deve comportar, aliás, seguindo uma intervenção do Sr. Presidente do Governo neste plenário, em que questiona por que é que a oposição não faz perguntas, não faz interpelações.

Da casa do PSD, trata o PSD!

O Sr. Deputado Francisco Coelho, ilustre líder da bancada do PS, dirige o seu Grupo Parlamentar e diz ao seu Grupo Parlamentar como é que deve fazer.

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu não digo. A gente discute!

O Orador: O PSD decide como faz oposição e escolhe os mecanismos de oposição que quer usar em cada momento. Nessa matéria não recebe lições nem do PS, nem do Governo, porque nós não somos a oposição que dá jeito ao Partido Socialista ou a oposição que dá jeito ao Governo, porque é isso que os senhores querem.

Nós não recusamos a utilização de nenhum mecanismo parlamentar, extra-parlamentar, de fiscalização do Governo e deste Governo em concreto, mas vamos recorrer a esses mecanismos quando quisermos, como bem quisermos e nas circunstâncias que quisermos.

Quando houver eleições o povo há-de julgar. Julgou no passado em desfavor do PSD, mas as coisas mudam e no futuro há-de julgar a favor do PSD, porque não há vitórias que sempre durem, nem derrotas que nunca acabem.

O que nós propusemos nesta câmara, como já foi dito, foi uma apreciação de natureza diferente deste procedimento concursal para a prestação de serviços de transporte de passageiros e de viaturas.

Foi a fiscalização por uma entidade que tem competência específica para a verificação da legalidade e do controlo dos gastos dos dinheiros públicos.

Não queremos só uma fiscalização política. Não queremos que seja feita só uma fiscalização que está sujeita a um voto de uma maioria. Nós queremos que uma entidade que não está sujeita aos caprichos, às avaliações políticas de uma maioria, olhe para este concurso e diga se está bem ou se está mal.

O PSD tem dúvidas. O PSD quer que essas dúvidas sejam esclarecidas.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Dúvidas, é uma coisa. Suspeitas, é outra!

O Orador: Eu sei que isso o incomoda, Sr. Secretário.

Por isso vai votar, como já foi anunciado, favoravelmente esta Proposta de Resolução, porque quer a avaliação política deste concurso, mas mais do que isso, quer saber, Sr. Secretário, do ponto de vista legal e da utilização dos dinheiros públicos, se este concurso respeitou todas as regras legais para ser feito. Esta é que é a questão e estamos a colocá-la em dois planos diferentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Não deixa de ser estranho, para um governo que gosta de usar uma lapela, o emblema de que está tudo bem e que todos os procedimentos desta natureza são fiscalizados pelo Tribunal de Contas, que não queira, que tenha recusado logo à partida, um simples pedido para que o Tribunal de Contas apreciasse a legalidade deste concurso.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Esta é que é a questão. Por muito que a maioria e o Governo tentem afastá-la, não conseguem.

Termino, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, dizendo o seguinte:

Espero que este deslevido empenho do Sr. Líder da Representação do CDS/PP se reflecta também em trabalho e faremos todo o gosto em vê-lo em todas as reuniões da Comissão de Economia a debater esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não quer dar conselhos à oposição...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quer mandar! Quer é que a oposição não exista!

O Orador: ... embora tenha a perfeita consciência de que, felizmente, isto não é bem a Madeira e que a oposição, aqui, anda bem apaparicada e bem tratada. Até tem coisas votadas por unanimidade. Isto é verdadeiramente uma democracia. É bonito vermos isto e vermos que temos evoluído, que esta casa tem evoluído, porque embora isto nunca tenha sido bem a Madeira, também nunca foi bem assim.

(Aparte inaudível do Deputado Pedro Gomes)

O Orador: Sr. Deputado Pedro Gomes, sem lhe querer dar conselhos, vou dizer só uma coisa e passo já à frente, até porque não tenho a procuração de ninguém, mas tenho opinião e nós estamos num espaço público.

Isto de falar mal do “ex-cônjuge” nunca é bonito.

V. Exa. terá o comportamento que bem entender, mas eu tenho sinceramente esta opinião.

O PSD também deixa nesta casa uma certeza que é importante para nós e para os açorianos. É que no PSD os líderes mudam e mudam com alguma frequência, mas o espírito Fagundes permanece. Isso não há dúvida.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Outra vez o PSD? A proposta é do PP!

O Orador: O que é preciso perceber é que o PSD não quer, ou não sabe, trabalhar. Não faz os trabalhos de casa, nem usa os meios que tem.

Socorre-se dos jornais, da sociedade civil, dos sindicatos, como se fosse um “cata-vento” sem opinião à procura daquilo que está a dar, daquilo que os outros fazem. Agora são os tribunais.

É isso que nos parece que não é o papel ideal, e temos o direito de o dizer, para um partido da oposição que tem, dado (é verdade) pelos açorianos, poderes efectivos de fiscalização do Governo.

O que nós chegámos aqui à conclusão é que enquanto uns sabem disso e cumprem esse papel, outros, ou porque ficam muito cansados de trabalharem ou porque reconhecem que não eram capazes, pedem a outros que façam o trabalhinho para depois poderem criticar. Essa é que é essa, Sr. Deputado!

Isso ficou claríssimo aqui!

Há várias maneiras de fazer oposição, pelos vistos! Ainda bem!

O PSD decididamente escolheu aquela que dá menos trabalho, que não usa os poderes que a democracia e a autonomia efectivamente lhe dão.

É bom que os açorianos saibam disso.

Esta bancada já sabia, mas é sempre bom confirmar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Gomes:

Irei às reuniões que quiser e muito bem entender e quando achar que devo ir.

Faço parte de quatro comissões.

Qual é o Sr. Deputado da sua bancada que faz parte de quatro comissões?

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sou eu!

O Orador: Não quero criticar o trabalho de ninguém. Cada um faz como quer e entende. Agora do meu trabalho nas Comissões não me envergonho. Tomo bastas vezes a minha posição na Comissão. Não vou para lá fazer figurinha de corpo presente.

Se queremos continuar a falar em trabalho, também não me envergonho do meu trabalho aqui dentro.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O senhor é que começou a falar em trabalho!

O Orador: Não senhor. O Sr. Deputado Pedro Gomes é que veio recomendar que eu fosse a todas as reuniões.

Eu vou às reuniões que eu quero, porque para ir a reuniões fazer aquilo que os senhores fazem, fico muito bem em casa porque tenho muito mais para fazer.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O senhor disse que os Deputados do PSD não trabalhavam!

O Orador: O vosso líder é que disse que não se fazia nada aqui dentro.

Quem primeiro falou em trabalho não fui eu. Foi o Sr. Dr. Costa Neves.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O senhor disse que os Deputados do PSD na Comissão de Economia não trabalhavam!

O Orador: Não senhor. Foi o seu líder. O seu líder é que falou nisso.

Irei se quiser e entender à Comissão de Economia e espero realmente que a produtividade do PSD também se veja nessa Comissão como já lhes disse.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Nessa e noutras!

O Orador: Exactamente. Nas outras também se vê.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos no final de uma semana de trabalho que teve as atribuições que todos foram acompanhando. Desde logo, pela forma como a agenda dos nossos trabalhos foi sendo preenchida e alimentada com as iniciativas do Grupo Parlamentar do PSD.

Devo dizer também que ficou demonstrado em todo este debate, em toda esta semana, conforme foi vastas vezes enunciado, a importância que o PSD tem para os açorianos e sobretudo para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que, sucessivamente, fez intervenções de ataque permanente ao PSD e à sua liderança, à sua actividade e à sua iniciativa parlamentar e política.

Esta importância do Grupo Parlamentar do PSD foi ao ponto de hoje estarmos aqui a discutir os transportes marítimos de passageiros exactamente porque o PSD teve uma iniciativa política nesse sentido.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: E ainda bem! Ainda bem que o PSD teve essa iniciativa política que fez com que o Sr. Secretário Regional da Economia e um ou outro Deputado do PS quisessem debater o assunto, que a Representação Parlamentar do PP tivesse esta

iniciativa e é assim que funciona a Democracia, cada um no seu lugar, a exercer a sua responsabilidade sem querer envolver-se no trabalho dos outros. É assim que funciona a democracia.

Ainda bem que chegamos hoje, Sexta-Feira, com o Parlamento a funcionar ao seu mais alto nível, em que o PSD teve uma iniciativa política, o PS rejeitou-a, o Governo temeu-a e o PP noutra sentido, mas com o mesmo assunto e com o mesmo âmbito, apresentou outra iniciativa política. É assim que funciona e os senhores não temam o trabalho da Assembleia, não temam o trabalho de Parlamento e, sobretudo, não temam que a legalidade dos vossos actos seja acompanhada, fiscalizada e apreciada por instituições que também são democráticas, públicas e decorrem do sistema, de um estado de direito democrático como é o nosso. Não temam isso. Não temam a apreciação dos outros que são legítimos, democráticos e públicos e não temam sobretudo o trabalho parlamentar do PSD, do PP ou de qualquer um dos Srs. Deputados.

É esta a mensagem que fica desta semana e fica sobretudo a imagem de que o trabalho do PSD incomodou muito, muito mais do que pensávamos, os 32 Deputados do Partido Socialista e o Governo Regional que se manifestaram sempre e sempre incomodados pela nossa acção.

Esperemos que esta nossa iniciativa seja um contributo para que também os senhores queiram trabalhar mais, conforme todos nós queremos.

Deputados Mark Marques e Alberto Pereira (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, eu queria, se me permitem, como Presidente desta casa, chamar a atenção dos Srs. Deputados porque ainda não votámos esta Proposta de Resolução do PP e que o assunto em debate era este e não propriamente o período de antes da ordem do dia.

Desculpem dizer isto com esta frontalidade, mas nós já estamos aqui a justificar quase se trabalhamos ou não trabalhamos, quem é que trabalha mais, quem é que trabalha menos.

Nós não temos que nos estar a auto-justificar permanentemente, porque isso não nos fica bem. Peço isto a todos.

Nós somos o que somos, com as regras que temos, trabalhamos o que trabalhamos e ponto final.

Não estou a mandar recado para ninguém em especial. Estou apenas, como Presidente da Assembleia, a demonstrar esta preocupação. Nós não temos que estar aqui permanentemente a justificar o que é que fazemos. Isto é uma instituição com créditos próprios.

Peço-vos que este debate seja reconduzido à questão central neste momento, que é esta Proposta de Resolução do PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou fazer um esforço para não me esquecer das palavras recentes do Sr. Presidente.

Efectivamente estamos aqui a discutir uma proposta do Partido Popular. Estamos aqui por isso e para isso, neste momento.

Podíamos estar, por outras razões. Podíamos estar, se tivesse aparecido a urgência e dispensa de exame em Comissão, a discutir quarenta e tal interessantes artigos de uma proposta do PS sobre o transporte de crianças, mas não estamos, porque esta bancada também acha que é muito importante e deve ser valorizado o trabalho em Comissão. É verdade que aparecem menos jornalistas, tem menos exposição mediática, dá menos títulos de jornais, mas é verdadeiramente um trabalho interessante.

De resto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Clélio Meneses, “quem não suporta o calor do fogão, não se deve aproximar da cozinha”, como sabe.

Nós estamos aqui, obviamente, para falar de política, para discutir as iniciativas e a política. Portanto, nenhum de nós tem que ficar incomodado pelas diatribes. É para isso que também cá estamos, é exactamente para fazer política que é uma actividade muito nobre e eu fico verdadeiramente triste, sem qualquer ironia agora, quando são aqueles que meritoriamente andam há anos de forma legítima e por vontade do povo

a fazer política que têm a tentação de ser os primeiros a falar mal de quem está na política, com legitimidade e de forma democrática. Tenho pena.

Sr. Deputado Artur Lima:

Termino como comecei esta minha intervenção. Este Governo está aqui para ser fiscalizado.

Queremos que este Parlamento seja dignificado, queremos que este Parlamento tenha todos os meios para poder desempenhar livremente a sua acção.

O Sr. Deputado Artur Lima usou um poder que o Regimento lhe confere.

O Governo já manifestou a sua opinião.

Esta maioria que suporta o Governo tem, naturalmente e sem complexo, a mesma opinião. Que se estude, aprecie e se trabalhe honesta e afincadamente em Comissão até porque neste momento é quase uma exigência do Governo e desta maioria que se aprecie isto em Comissão.

Quando se manda sobre coisas sérias dúvidas e suspeições, mas depois não se quer concretizá-las, então é uma exigência dos atingidos que o trabalho seja feito, que esta casa aprecie e chegue às suas conclusões.

Tenho a certeza que assim será.

Muito obrigado.

Presidente: Creio que posso pôr à votação o Projecto.

Já agora nós temos que usar uma terminologia certa para isto. É que depois da última revisão do nosso Regimento, os Deputados apresentam projectos, quer sejam de diploma, quer sejam de resolução. As propostas são sempre do Governo, porque depois na entrada dos documentos da Assembleia há propostas de resolução que vão para a zona das propostas e há projectos de resolução que vão para a zona dos projectos e baralha o sistema que hoje já se encontra informatizado.

Vamos passar a chamar Projectos de Resolução que é como está no Regimento, para depois não haver estes equívocos que baralha tudo em termos de classificação administrativa dos documentos.

Passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este Projecto de Resolução apresentado pelo PP, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Projecto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Temos de seguida um relatório da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho sobre o **Pedido de Autorização, para, eu próprio, prestar depoimento, na qualidade de testemunha,** o qual faço com muito gosto.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer da Comissão, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Parecer da Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Temos seguida novamente três relatórios da Comissão sobre **Pedidos de Autorização, para prestar depoimento, na qualidade de testemunha, a Sra. Deputada Maria Fernanda da Silva Mendes.**

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer da Comissão, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os relatórios da Comissão foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Estamos assim, eu e a Sra. Deputada, autorizados a prestar depoimentos. Finalmente, temos uma **Proposta de Deliberação** que diz o seguinte:

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o plenário de Março”.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, muito obrigado pela vossa colaboração. Ao fim e ao cabo, esta Assembleia parece, contrariamente a outras opiniões, viva e bem viva. Isso deve-se aos senhores.

Eu, como presidente, fico grato.

Boa viagem de regresso e até ao próximo plenário.

Eram 11 horas e 15 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos **Reis**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

José Manuel Avelar Nunes

Deputados que faltaram à Sessão

Partido Socialista (PS)

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda **Moniz**

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da **Costa**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Osório Meneses da **Silva**

Partido Social Democrata (PSD)

José Fernando Dinis **Gomes**

Sérgio Emanuel Bettencourt **Ferreira**

Deputado Independente (Ind.)

Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Resolve encarregar a Comissão especializada Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, de nas suas funções de acompanhamento da actividade governativa se ocupar especificamente da verificação das condições em que foi realizado o concurso e procedimento de negociação da adjudicação do serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas nos Açores e de apreciar as condições estabelecidas para a concretização do referido serviço

Os governos da responsabilidade do Partido Socialista têm o mérito indiscutível de serem os responsáveis pela introdução e manutenção do serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas nos Açores.

A operação foi quase sempre caracterizada por problemas que se tornaram conhecidos, nomeadamente ao nível da comunicação social e que se foram agravando ao longo dos últimos anos, tendo frequentemente sido alvo da atenção desta Assembleia.

O CDS/PP preocupou-se com o assunto e chamou a atenção do Governo para que corrigisse as anomalias, evitando que elas perdurassem no tempo, nomeadamente no que se refere a avarias dos navios, atrasos no início e curso das viagens, trocas de rota das embarcações, más condições oferecidas a bordo e problemas de segurança, configurando em muitos casos falta de cumprimento das cláusulas contratuais e afectando a mobilidade dos açorianos e a boa imagem que se deseja para o turismo açoriano.

É do conhecimento público que foi aberto recentemente um novo concurso para adjudicação do serviço público para os próximos anos, sendo que as condições que rodearam todo o processo que conduziu à adjudicação têm sido alvo de críticas por parte de empresários e de muitas referências na comunicação social, permitindo tudo que fiquem no ar muitas dúvidas, se não sobre a legalidade do processo, pelo menos sobre a lisura dos procedimentos.

Importa pôr fim a todas as dúvidas, para o que se torna necessário obter, de forma adequada, as informações e esclarecimentos pertinentes junto do Governo Regional dos Açores.

A experiência recolhida na operação de transporte de passageiros e viaturas, ao longo dos últimos anos, aconselharia a que o Governo Regional agora tivesse tomado medidas para prevenir problemas futuros.

Nos termos da alínea a) do art.º 32.º do Estatuto Político-Administrativo é à Assembleia Legislativa que está cometida a competência de fiscalização dos actos do Governo e da administração regional.

O Regimento, na alínea c) do seu art.º 42.º, define como competência das comissões especializadas permanentes a de “se inteirar dos problemas políticos e

administrativos que sejam do seu âmbito e fornecer à Assembleia, quando esta o julgar conveniente, os elementos necessários à apreciação dos actos do Governo Regional e da administração regional autónoma”. Na situação e tempo actual é de toda a conveniência, não só para a preservação da boa imagem do Governo da Região, como para o cumprimento do dever desta Assembleia Legislativa, clarificar todas as dúvidas que possam existir sobre o procedimento de adjudicação e importante que o Parlamento, na sua função de acompanhamento da actividade governativa, se mantenha esclarecido sobre as opções futuras do Governo Regional quanto ao transporte público marítimo, porque é assunto de tão grande importância e implicações no futuro do desenvolvimento regional.

Assim, o deputado do CDS/PP, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 23.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, propõe que a Assembleia Legislativa dos Açores aprove a seguinte Resolução:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores resolve encarregar a Comissão especializada permanente de Economia, de:

1. Proceder à verificação das condições em que foi realizado o concurso e procedimento de negociação da adjudicação do serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas nos Açores.
2. Verificar se foram tidos em conta as anomalias que a experiência demonstrou terem afectado no passado a concretização do referido serviço público e se foram tomadas as medidas adequadas para evitar que os problemas se repitam no futuro.
3. Obter outros elementos que possam ser considerados úteis para que a Assembleia cumpra os seus deveres estatutários e regimentais.
4. Apresentar um Relatório ao Plenário da Assembleia Legislativa com o resultado do trabalho realizado, os elementos recolhidos e as respectivas conclusões, no prazo de três meses.

O Deputado Regional, *Artur Lima*

Documentos entrados

1 - Resposta a Requerimento:

Assunto: Promoção das escalas Técnicas no Aeroporto das Lajes

Autor: Sérgio Ferreira (PSD)

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 06.03.15

Referência: 54.03.01 – N.º 105/VIII.

2 - Diários

Consideram-se aprovados na Sessão Plenária os Diários da ALRAA n.ºs 21, 22, 23 e 24.

ASSUNTO: REQUERIMENTO N.º 105/VIII

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao requerimento no 105/VIII subscrito pelo Senhor Deputado Sérgio Ferreira, do Partido Social Democrata. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

O Governo Regional dos Açores é completamente alheio à campanha promocional mencionada.

Estando em questão serviços da competência da Base Aérea n.º 4, encontra-se a decorrer um processo de averiguações por parte da Força Aérea Portuguesa sobre o qual o Comandante da Zona Aérea já se pronunciou. No que diz respeito à definição da política do escalas técnicas, junto se envia a Resolução n.º 27/94, de 3 de Fevereiro, definidora da política da Região nesta matéria.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

A Redactora: *Maria da Conceição Fraga Branco*